



## Projeto sobre FGTS deve ser votado até o fim do ano

Previsão é da senadora Ana Amélia, que, com Paulo Paim, ouviu sugestões de trabalhadores e de empresários em debate realizado ontem em Porto Alegre. **2**

# Lei evita que preso siga na cadeia após cumprir pena

Sancionada sexta-feira pela presidente Dilma, nova regra cria sistema informatizado para acompanhamento das execuções penais. Objetivo é evitar que presos que já deveriam estar livres fiquem esquecidos nas penitenciárias

**D**entro de no máximo um ano, o Brasil deverá ter um sistema informatizado com dados de todos os presos do país, inclusive

a data em que começaram a cumprir a pena e aquela em que deverão ganhar a liberdade. Com o sistema, aprovado em agosto pelo Senado, o

governo espera acabar com os casos de pessoas que continuam presas mesmo depois de terem cumprido integralmente a pena. **3**

## especial Cidadania

## Lei que tira propriedade de imóvel de cônjuge que abandona o lar cria polêmica **4**



Divulgação/PC

Inclusão do novo tipo de usucapião no Código Civil surgiu de alterações em medida provisória que tratava do Programa Minha Casa, Minha Vida, que financia imóveis como os do Complexo do Alemão, no Rio

## Gim propõe que perícia sobre deficiência não perca validade **3**

## Renda básica seria avanço no Bolsa Família, diz Suplicy **2**

## Encarte mostra caminhos para eleitor escolher candidatos

## Cristovam pede a governadores piso nacional do professor **3**

## Mozarildo destaca redução da mortalidade infantil no país **2**



Senador diz que também apresentará projeto sobre ritmo de obras públicas



Suplicy relata participação em evento na Alemanha sobre o tema



Senador sugere federalizar educação em estados que não conseguem pagar



Segundo Unicef, mortalidade caiu 73% em 20 anos, diz Mozarildo

# Mudanças no FGTS devem ser votadas até o final do ano

Ana Amélia fez a previsão após participar, com Paulo Paim, de debate com trabalhadores e empresários em Porto Alegre sobre o anteprojeto que altera a remuneração do fundo

AS ALTERAÇÕES NA remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devem ser votadas no Senado até o final do ano, anunciou Ana Amélia (PP-RS). Ela e Paulo Paim (PT-RS) participaram ontem de um debate em Porto Alegre sobre o anteprojeto aprovado dia 30 pela subcomissão temporária que trata do assunto.

Também participaram do encontro representantes de associações comerciais e de serviços do Rio Grande do Sul (Federasul) e do Brasil (CACB), e de diversas entidades de trabalhadores.

Ana Amélia afirmou que a grande preocupação dos trabalhadores é relativa à atual baixa rentabilidade do fundo. Eles pediram a criação de um mecanismo que assegure ao fundo um rendimento que seja, no mínimo, igual ao da poupança. Atualmente, o fundo é remunerado na base de 3% ao ano mais TR. O anteprojeto propõe que, quando a meta da taxa Selic for superior a 8% ao ano, o FGTS seja remunerado pela TR mais 4,5%. Se a meta da taxa Selic for igual ou inferior a 8,5% ao ano, a remuneração



José Paulo Cairolí (CACB), Ana Amélia, Ricardo Russowsky (Federasul) e Paim

será calculada com aplicação da TR mais 50% da Selic.

Outra preocupação, segundo a senadora, diz respeito à redução da contribuição de trabalhadores com mais idade. O anteprojeto reduz para 6% a alíquota de contribuição patronal para o fundo quando o trabalhador tiver mais de 50 anos; 4% quando tiver mais de 55 anos; 2% para aqueles com mais de 60 anos; e zera a alíquota a partir de 65 anos. O objetivo é reduzir o custo de empregar trabalhadores em idades mais avançadas.

— As entidades dos trabalhadores são contrárias, porque temem que isso venha a limitar a abertura de vagas para novos trabalhadores — afirmou.

Já os empresários, disse Ana

Amélia, querem o fim da multa de 10% paga sobre demissões sem justa causa. Segundo ela, essa multa foi imposta para cobrir passivos originados pelos planos Collor e Bresser que já foram quitados. No entanto, a multa continua.

O encontro em Porto Alegre faz parte de uma série de audiências realizadas pelo Brasil para avaliar o anteprojeto apresentado pela relatora da subcomissão, a senadora licenciada Marta Suplicy. O texto levou em conta 20 projetos de lei do Senado, 190 da Câmara dos Deputados, colaborações do Conselho Curador do FGTS e debates de quatro audiências públicas promovidas pelo colegiado, vinculado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Suplicy: renda básica traria avanço ao Bolsa Família

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender o programa de renda básica de cidadania. Ele explicou que a ideia seria um avanço na proposta do Programa Bolsa Família, que em 2003 incorporou o Bolsa Escola e os demais programas de transferência de renda e atualmente beneficia cerca de 50 milhões de pessoas.

O senador participou do 14º Basic Income Earth Network, em Munique, Alemanha, onde proferiu duas palestras. Ele fez um balanço sobre o congresso, que tratou da renda mínima incondicional para todos.

Suplicy citou alguns dos

trabalhos apresentados por participantes de 29 países, entre eles 15 brasileiros. Além de relatar experiências realizadas em diversas partes do mundo — o Irã, desde 2010, paga US\$ 40 mensais para cada habitante, e a Índia adotou o sistema em certas vilas —, Suplicy destacou a exposição do secretário nacional de Renda de Cidadania no Brasil, Luis Henrique da Silva de Paiva.

Segundo o senador, o secretário listou os indicadores e as conquistas do Programa Bolsa Escola para a diminuição da pobreza absoluta e da desigualdade. Esse modelo,



Suplicy fez duas palestras em conferência realizada em Munique

de acordo com ele, poderia ser copiado localmente em alguns países ou em todo o continente europeu, o que foi recebido com entusiasmo na conferência.

Suplicy acrescentou que, nacionalmente, o programa deve avançar e alcançar a todos para garantir vida digna aos brasileiros.

## Mozarildo exalta redução da mortalidade infantil em 73%

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou ontem a queda de 73% da mortalidade infantil no Brasil no período de 1990 a 2011. O resultado consta de relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apresentado na semana passada. Segundo ele, a queda no restante do mundo foi de 40%.

— É evidente que temos que atribuir o avanço aos programas implantados nesse período, que priorizaram a atenção às crianças, mas também priorizaram o atendimento à mãe, à gestante.

Mozarildo, que também é médico, afirmou que os cuidados com as crianças devem ser tomados desde o pré-natal. Ele ressaltou a importância de iniciativas como o Bolsa Escola e o Programa Saúde da Família para



Mozarildo ressalta importância do Bolsa Escola e do Saúde da Família

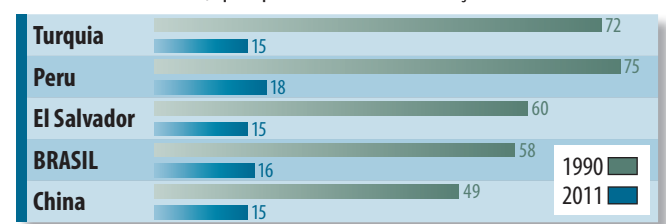
o bom resultado. Para ele, o Ministério da Saúde deveria dar assistência técnica aos municípios para que todos consigam contar com uma equipe do programa.

— No meu estado, por exemplo, que muitos municípios nem sequer têm hospital.

O senador aproveitou para elogiar a recente aprovação do PLS 676/11, que torna crime hediondo desvios de recursos nas áreas de educação e saúde.

### Números do Unicef

Países com baixa mortalidade em 2011 (de 10 a 20 mortes por 1.000 nascidos vivos) que apresentaram maior redução em 20 anos



### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

#### PLENÁRIO: Sessão não deliberativa

14h A sessão plenária de hoje não terá votações e será destinada a pronunciamentos de senadores.

#### CDH/CMA: Audiência pública sobre uso da Libras

8h30 Debate sobre a disponibilização da comunicação na língua brasileira de sinais (Libras) pelos órgãos públicos reúne o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Moisés Bauer; o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira; e o presidente do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil, Suede Miranda Leite.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Aníbal Diniz

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Texto recém-sancionado prevê criação de um sistema informatizado de acompanhamento das execuções penais; autoridade será alertada quando preso tiver cumprido sentença

# Lei evita que preso fique na cadeia além da pena

DENTRO DE NO máximo um ano, o Brasil deverá ter um sistema informatizado contendo as informações de todos os presos do país, entre elas a data em que começaram a cumprir a pena e a data em que deverão ganhar a liberdade.

Com esse banco de dados nacional, o governo espera acabar com um problema recorrente do sistema carcerário brasileiro — pessoas que continuam presas mesmo depois de terem cumprido integralmente a pena.

Entre agosto de 2008 e abril de 2010, por exemplo, os mutirões carcerários liderados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encontraram 20 mil presos que já deveriam ter sido libertados. Graças aos mutirões, eles foram soltos logo em seguida.

A criação do sistema de acompanhamento das execuções penais está prevista numa lei que foi sancionada na sexta-feira passada pela presidente Dilma Rousseff e publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União* (Lei 12.714/12).

O projeto que deu origem à lei foi elaborado pelo Ministério da Justiça, que coordena as políticas nacionais de segurança pública. Chegou à Câmara dos Deputados em novembro do ano passado. Aprovado lá, o texto



Entre 2008 e 2010, mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça encontrou 20 mil presos que já tinham direito à liberdade: lei deve evitar “esquecimento”

foi remetido para o Senado — onde tramitou como PLC 61/12 e teve Eunício Oliveira (PMDB-CE) como relator. Também aprovado pelos senadores, foi enviado de volta para a Câmara. O aval final dos deputados federais foi dado em 22 de agosto.

## Cofres públicos

— Com a nova lei, criam-se parâmetros para evitar o constante esquecimento de pessoas que já cumpriram suas penas nos estabelecimentos prisionais — explica o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira.

Há outro benefício. O banco de dados informatizado significará economia para o país.

Pelos cálculos do Ministério da Justiça, cada preso custa aos cofres públicos algo em torno de R\$ 1.800 por mês.

O sistema de dados será alimentado pela polícia, pelos juízes e pelos diretores das prisões (ou das unidades de internação, quando se tratar de adolescente).

Entre os dados que serão incluídos, estão o nome do preso, a data da prisão, o crime cometido, a pena a ser cumprida, as faltas graves cometidas dentro da prisão, os dias de trabalho ou estudo (que ajudam a reduzir a pena), os dias remidos (que foram descontados da sentença original) e os dias que faltam para a libertação.

Não será um banco de

dados estático. A polícia, os juízes e os diretores das prisões deverão atualizá-los constantemente.

## Regime aberto

Como o sistema será informatizado, o juiz responsável pelo caso, o promotor de Justiça e o advogado do preso receberão com antecedência notificações automáticas com a data da libertação ou da concessão de algum benefício, como a liberdade condicional ou a progressão de regime (a passagem do regime fechado para o regime semiaberto, ou do semiaberto para o aberto).

Os próprios presos também deverão ter acesso às informações.

Apesar de as políticas

públicas de segurança serem coordenadas pelo Ministério da Justiça, as ações propriamente ditas são, na maioria, executadas pelos estados. A lei recém-sancionada prevê que o sistema de acompanhamento das execuções penais será desenvolvido pelo governo federal. Os bancos de dados estaduais deverão ser capazes de “conversar” uns com os outros.

Com o objetivo de acelerar a adaptação dos estados, o governo federal poderá enviar-lhes dinheiro.

De acordo com a nova lei, o prazo para que o sistema nacional de acompanhamento das execuções penais esteja em funcionamento termina em setembro do ano que vem.



Gim diz que não é justa a renovação periódica de laudos sobre deficiência permanente



Para Cristovam, estados que não conseguirem pagar deveriam entregar escolas à União

## Gim: laudo único para deficientes

Duas propostas de Gim Argello (PTB-DF) devem ser analisadas e debatidas pelo Senado no próximo mês, anunciou o senador.

A primeira delas (PLS 251/12) garante validade indeterminada a laudos de perícia médica que atestem ocorrência de deficiência permanente no paciente. Para Gim, não é justo que essas pessoas precisem renovar periodicamente os laudos para continuar tendo acesso aos benefícios previdenciários ou sociais a que têm direito.

A segunda proposta a ser apresentada por Gim objetiva criar um novo formato de leis que tratem do andamento de obras, especialmente no setor de transportes, acelerando a construção de 10 mil quilômetros de ferrovias previstos para funcionar no país. O parlamentar explicou que está elaborando um estudo, junto à

Consultoria do Senado, que deve ficar pronto até outubro, para criar conjunto de leis que dê mais agilidade a obras como ferrovias e rodovias, estimulando a logística do Brasil.

— É grande o volume de leis em que isso vai incorrer. Mas é preciso que isso ocorra, para dar agilidade aos nossos portos, para que fiquem em condição de competir com os principais portos do mundo. Parte da safra hoje se perde em meio ao longo caminho que percorre dentro do país até ser comercializada — defendeu.

Gim registrou ainda outros projetos seus voltados a pessoas com deficiência, como o PLS 258/12, que assegura reserva legal de, no mínimo, 20% das vagas de concursos públicos aos deficientes, e o PLS 291/11, que determina a adoção de sinais sonoros em vias de movimentação de pedestre.

## Cristovam defende piso do professor

Cristovam Buarque (PDT-DF) fez ontem um apelo aos governadores que estão entrando com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade do índice de reajuste do piso nacional dos professores. Em discurso, o senador afirmou ser possível cumprir a lei realocando gastos e que, caso o estado não encontre saída, deveria entregar as escolas à União.

— Governadores, por favor, não comprometam os seus nomes, no século 21, pedindo a inconstitucionalidade de uma lei de reajuste do piso salarial que eleva um pouco acima da inflação o salário dos seus professores — disse.

Segundo os cálculos do senador, cumprir a lei em todo o Brasil custaria pouco mais de R\$ 3 bilhões, cerca de 0,1% do produto interno bruto (PIB). Desde que foi aprovado, o piso só é

pago no Distrito Federal e em nove estados: Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Amazonas, Roraima. E não estão incluídos, necessariamente, todos os municípios de cada um deles.

A reação ao piso, iniciativa legislativa de Cristovam, é grande desde a criação, em 2008. Todo ano, o valor deve ser reajustado pela variação do “custo-aluno” de acordo com o Fundeb, indicador do Ministério da Educação que considera número de matrículas e gastos com educação.

O aumento para 2013 será de 21,25%, elevando o piso a R\$ 1.756. Para o senador, o ideal seria R\$ 9 mil. Cristovam avaliou que governadores reagirem ao piso hoje é o mesmo que dirigentes de províncias terem questionado a Lei Áurea em 1888.

# Quem descasa também quer casa

Nova modalidade de usucapião, que dá a propriedade do imóvel ao cônjuge que fica na residência em caso de abandono de lar, cria polêmica jurídica

Marcio Maturana

VEM SENDO ALVO de críticas de juristas a mais nova modalidade de usucapião — direito de adquirir propriedade de um bem, geralmente imóvel, após sua posse durante determinado tempo. Trata-se do chamado usucapião familiar, aprovado pelo Congresso há pouco mais de um ano, que garante a propriedade de imóvel urbano de até 250 metros quadrados do casal unicamente ao cônjuge que permanecer na residência após dois anos da saída do outro (Lei 12.424/11). É o prazo mais curto entre todos os tipos de usucapião.

A intenção dessa nova lei é proteger a pessoa que fica incumbida de dar conta da casa, geralmente acompanhada dos filhos. No entanto, segundo os críticos, predominam as inconveniências e as lacunas dos conceitos. Por exemplo: fugir do lar devido a violência doméstica pode configurar abandono? Essa nova lei não estimularia o divórcio (pois, numa crise conjugal, quem se afastar do lar entrará logo na Justiça para evitar a perda da propriedade, antes mesmo de tentar reconciliação)? Casais não se considerarão obrigados a conviver juntos num período em que o aconselhável, para o bem de possíveis crianças e do diálogo, seria o afastamento enquanto se decide o futuro da propriedade?

## Alternativas

O professor de Direito Privado da Universidade de Brasília (UnB) Frederico Viegas é um dos que acredita que o usucapião familiar traz mais malefícios que benefícios.

— É uma lei casuística. Estamos prestes a ver pessoas convivendo em ambiente ruim, em prejuízo dos filhos, por causa do patrimônio. Há outros mecanismos para garantir o direito de lar à família sem ser usucapião: direito real de uso durante 20 ou 30 anos, por exemplo — afirma o professor.

A Lei 12.424/11 surgiu da Medida Provisória (MP) 514/10, que em sua origem tratava principalmente do Programa Minha Casa, Minha Vida. Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, foi incluída a questão do usucapião familiar, acrescentando o



Medida provisória sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida foi alterada e incluiu a criação do novo usucapião

artigo 1.240-A ao Código Civil.

O novo tipo de usucapião vem sendo acusado também de ser um retrocesso jurídico, porque recupera a figura do culpado pela separação conjugal ao punir quem deixa a residência. Isso, segundo os críticos, fere a Constituição, que proíbe retrocessos jurídicos. Outro problema seria uma falha de redação: se é “ex-cônjuge ou ex-companheiro”, como diz a lei, então o fim da união estável já foi decretado, não havendo, portanto, abandono de lar.

## Subjetividade

Waldemir Moka (PMDB-MS), que relatou a MP no Senado, explica que não houve tempo de debater a questão do usucapião familiar em audiências públicas, por exemplo. Ele lembra, no entanto, que se demonstrou preocupação com a subjetividade do requisito abandono de lar.

— Como sempre acontece nas votações de medidas provisórias, nosso prazo era muito curto. Depois de tramitar na Câmara, o texto chegou ao Senado cerca de 20 dias antes de perder a validade. E o foco principal era o Programa Minha Casa, Minha Vida. Já que não houve oposição à proposta, o texto foi aprovado — disse o senador.

Na Câmara, a MP foi relatada pelo deputado André Vargas (PT-PR). Ao contrário dos advogados que acusam a novidade de “retrocesso jurídico”, ele considera o usucapião familiar uma revolução. Na época da aprovação da MP, argumentou que o Programa Minha Casa, Minha Vida tem como prioridade proteger as mulheres. “Vamos possibilitar a assinatura de convênio pelas mulheres, é o chamado usucapião pró-familiar, que pode ser usado quando o cônjuge não estiver mais no lar, possibilitando a resolução da posse”, disse o deputado.

## Tipos da transformação de posse em propriedade

Para todas as modalidades de usucapião, exige-se posse justa (não violenta, clandestina ou precária), sem oposição e nenhuma propriedade de outro imóvel. Além do novo — e polêmico — usucapião familiar, há quatro formas tradicionais:

	TEMPO MÍNIMO DE USO	CARACTERÍSTICA	LEGISLAÇÃO
<b>Usucapião ordinário</b>	10 anos ininterruptos (reduzido para 5 anos se pagou pelo imóvel, com registro cancelado depois, e se nele tiver morado ou feito obra)	Para quem tem algum documento que comprove propriedade	Artigo 1.242 do Código Civil
<b>Usucapião extraordinário</b>	15 anos ininterruptos (reduzido para 10 anos se nesse tempo tiver morado no imóvel ou feito obra nele)	Não precisa apresentar nenhum título de posse e vale mesmo se o possuidor conhece os impedimentos para aquisição do imóvel	Artigo 1.238 do Código Civil
<b>Usucapião especial urbano</b>	5 anos (individual com menos de 250 metros quadrados ou coletivo para imóvel de tamanho maior)	Objetivo é regularizar a propriedade de quem já detém a moradia do bem (efetivação da função social da propriedade)	Artigo 1.240 do Código Civil, artigo 183 da Constituição e Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01)
<b>Usucapião especial rural</b>	5 anos	Área rural de terra não superior a 50 hectares, desde que nela more e produza por seu trabalho ou pelo de sua família	Artigo 191 da Constituição

## Bem público não pode sofrer usucapião

Os tipos mais tradicionais de usucapião são quatro: ordinário, extraordinário, especial urbano e especial rural. Cada um tem prazo e exigência próprios (*quadro acima*). O mais comum, segundo Viegas, é o usucapião extraordinário.

Mas a Constituição proíbe que qualquer usucapião seja aplicado a bens públicos, incluindo os de autarquias ou de empresas de economia mista. Por isso, as regras geralmente não se aplicam a invasões ou favelas. O professor da UnB explica que há três tipos de bem público: os de uso comum (ruas, praças, vias, áreas verdes, espaços livres); de uso especial (edifícios que o poder público utiliza, como o Palácio do

Planalto, o Congresso Nacional); e o dominical (que por vontade do governo pode ser alienado ao particular: imóveis públicos desocupados e terras ocupadas por índios, por exemplo).

Para iniciar um processo de usucapião, é preciso que o interessado recorra a um advogado que recolha os documentos necessários e depoimentos de testemunhas, quando possível, para abrir o processo na Justiça. O juiz ouve a outra parte e decide. Segundo o professor Viegas, o processo pode demorar até cinco anos, mas o prazo médio é de dois anos. Ele diz que é raro o antigo proprietário recorrer, mas o processo nunca passa da segunda instância.

Atualmente, tramita na Câmara projeto de lei aprovado pelo Senado (PLS 49/09) que permite ao Ministério Público e à Defensoria Pública propor ação de usucapião especial de imóvel urbano, em benefício da população de baixa renda.

Esse projeto, apresentado pelo ex-senador Demóstenes Torres, foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado por Inácio Arruda (PCdoB-CE), que presidiu a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior na Câmara, quando era deputado, e relatou o Projeto de Lei 10.257/01, que regula o capítulo da Política Urbana da Constituição (artigos 182 e 183), chamado Estatuto da Cidade.

## Saiba mais

**Lei 12.424/11 (usucapião familiar no artigo 9º)**  
<http://bit.ly/lei12424>

**Lei 10.406/02 (Código Civil)**  
<http://bit.ly/lei10406>

**Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade, usucapião especial de imóvel urbano)**  
<http://bit.ly/lei10257>

**Estatuto da Cidade e legislação correlata (publicação do Senado)**  
<http://bit.ly/estatutoCidade>

**Cartilha Estatuto da Cidade elaborada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal**  
<http://bit.ly/cartilhaCidade>

**Página do Senado sobre o Estatuto da Cidade**  
<http://bit.ly/senadoCidade>

# INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

## Site do TSE ajuda eleitor a escolher candidatos

Desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, o [divulgacand2012.tse.jus.br](http://divulgacand2012.tse.jus.br) traz informações detalhadas sobre candidatos a prefeito, vice e vereador

Pág. 4



5º EnGitec: profissionais de TI defendem maior transparência dos governos

Pág. 2

Casas legislativas investem na gestão da qualidade e ganham selo

Pág. 3

Eduardo Ishiz/Câmara de Ribeirão Preto



Profissionais de tecnologia da informação trocam experiências no Interlegis

# Tecnologia contribui para acesso público à informação

**Em encontro no Interlegis, gestores debatem ferramentas de suporte legislativo**

O 5º Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia (EnGitec) reuniu 235 profissionais de tecnologia da informação na sede do Interlegis, em Brasília, entre 20 e 24 de agosto. O evento, anual, busca promover a atualização tecnológica dos participantes com palestras, minicursos e mesas-redondas. O tema deste ano foi “A Lei de Acesso à Informação e o papel da TI nas Casas legislativas”.

Na abertura, o diretor do

Interlegis, Haroldo Tajra, informou que será criada uma rede social para a comunidade legislativa e pediu sugestões de nomes. O lançamento será na cidade do participante cuja sugestão for escolhida. Doris Peixoto, diretora-geral do Senado, ressaltou a importância de eventos que abordem a tecnologia da informação.

Foram diversas palestras com especialistas de vários países e 12 minicursos sobre ferramentas tecnológicas que dão suporte às atividades legislativas.

Além do encontro, foi realizado o Plone Symposium South America, promovido pelas comunidades Plone da América do Sul, PloneGov-BR e Plone Foundation. O Plone é um dos sistemas de gerenciamento de conteúdo mais utilizados hoje

para criar os portais do governo, inclusive no Senado.

Segundo os organizadores, outro objetivo foi apresentar casos de sucesso de aplicação desse sistema — na iniciativa privada e em governos —, a evolução tecnológica e boas práticas de desenvolvimento.

## Desenvolvedores

Também aconteceu um *sprint* — esforço conjunto de desenvolvedores. A metodologia aplicada ajudou a melhorar as aplicações e contribuir com a comunidade de *software* livre.

O diretor de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Corinto Meffe, defendeu que o governo precisa dar à sociedade todo tipo de dado, desde que não seja sigiloso.

Já o representante da SEA Tecnologia, Alexandre Gomes, afirmou ser preciso uma transformação social para que a sociedade seja mais participativa na gestão pública. Ele destacou os modelos de transparência adotados pelo Senado, pela Controladoria-Geral da União e pela Previdência Social.

No entanto, para ele, o Brasil está atrasado nessa área, apesar de ser líder da Open Government Partnership, organização que visa promover a parceria para um governo aberto, que garanta maior acesso às informações públicas, aumente a participação cívica, combata a corrupção e aproveite as novas tecnologias para tornar os governos mais transparentes, eficazes e responsáveis diante dos cidadãos.

## Interlegis lança Projeto Câmara Municipal Verde

Foi lançado em Jaguarão (RS), em agosto, o Projeto Câmara Municipal Verde, de capacitação para a formulação e efetivação de projeto ambiental sustentável. Trata-se de parceria do Interlegis com o Programa Senado Verde. A oficina reuniu representantes de secretarias de Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente e de instituições de ensino. Os planos de ação serão supervisionados pelo arquiteto Mário Viggiano.

## Meta de convênios é superada

O Interlegis assinou 260 convênios com câmaras e assembleias desde o ano passado. A meta acordada com o BID é que, até dezembro de 2013, fossem publicados 168 termos de compromisso. Foram realizados 325 diagnósticos. Até dezembro, o programa planeja atingir 350, um ano antes do prazo final.

## Diagnósticos

Diagnósticos realizados em julho e agosto

- ▶ AP: Santana e Oiapoque
- ▶ RS: São Jerônimo, Arvorezinha, Xangri-Lá e Fortaleza dos Valos

## Nova redação para regimentos internos

Onze consultores contratados, desde julho, pelo Interlegis por meio de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para revisão de regimentos internos e lei orgânicas em 110 câmaras municipais levantam documentos e propõem novas redações.

Mês passado houve videoconferências para avaliação do trabalho, que serão repetidas até 16 de outubro. O consultor legislativo Paulo Soares, que supervisiona o processo, verificou aspectos técnicos dos primeiros relatórios e repassou aos consultores em que pontos a tarefa pode melhorar.

Segundo a gestora Telma Venturelli, todas as Casas beneficiadas nesse primeiro momento fazem parte do Projeto de Modernização Legislativa.

### Cidades que passam pela revisão

- ▶ **AL:** Arapiraca e Penedo
- ▶ **AM:** Itacoatiara
- ▶ **BA:** Brumado, Feira de Santana, Guanambi, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas, Utinga e Vitória da Conquista
- ▶ **ES:** Bom Jesus do Norte, Cachoeiro do Itapemirim, Domingos Martins, Marilândia, Pancas, Pinheiros, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, São Mateus e Venda Nova do Imigrante
- ▶ **GO:** Alto Paraíso, Cristalina, Gouvelândia, Jataí, Pires do Rio e Valparaíso de Goiás
- ▶ **MA:** Bacabal, Caxias, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim e Pinheiro
- ▶ **MG:** Carneirinho, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Manhumirim, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Sabará e Teófilo Otoni
- ▶ **MS:** Água Clara, Aquidauana, Corumbá, Coxim e Taquarussu
- ▶ **PA:** Ananindeua, Marabá e São Félix do Xingu
- ▶ **PB:** Alhandra, Bananeiras, Barra de Santa Rosa, Bonito de Santa Fé, Caaporã, Cajazeiras, Esperança e Patos
- ▶ **PI:** Avelino Lopes, Curimatá, Jaicós e Pedro II
- ▶ **PR:** Apucarana, Arapoti, Cambé, Campo Largo, Cianorte, Goioerê, Guarapuava, Morretes, Palmas, Paranaguá, Prudentópolis, Telemaco Borba, Toledo e União da Vitória
- ▶ **RJ:** Itaperuna e Pirai
- ▶ **RN:** Apodi, Caicó, Ceará-Mirim, Espírito Santo, João Câmara, Messias Targino, Mossoró e Tibau do Sul
- ▶ **RS:** Agudo, Barra do Ribeiro, Caxias do Sul, Coqueiros do Sul, Ibirubá, Itaqui, Lagoa Vermelha, Santa Bárbara do Sul, Santa Maria, Uruguaiana e Vacaria
- ▶ **SC:** Nova Erechim
- ▶ **SP:** Campos do Jordão, Fernandópolis, Jundiá, Louveira, São José do Rio Preto, Votorantim e Votuporanga
- ▶ **TO:** Gurupi, Palmas e Paraíso do Tocantins

## Servidores de todo o país fazem curso de Cerimonial Legislativo

Em 3 e 4 de setembro, 57 servidores de várias partes do país participaram do curso presencial de Cerimonial no Ambiente Legislativo, desenvolvido e aplicado por Francisco Etelvino Biondo, diretor de Formação e Atendimento à Comunidade Legislativa do Interlegis.

Foram apresentados a história, os conceitos básicos e os procedimentos e técnicas necessários

para o planejamento e a realização de cerimônias e eventos no âmbito do Poder Legislativo.

O curso também é oferecido a distância pelo sistema Saberes (*saberes.interlegis.gov.br*) em quatro módulos: “História e conceitos básicos”, “Cerimonial público”, “Emprego e utilização dos símbolos nacionais” e “Planejamento de cerimônias: critérios de procedência”.



Pessoas de todas as regiões participam do curso presencial, em Brasília

Luiz Freitas/Senado Federal

## EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo — Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: Senador Cícero Lucena

### Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra  
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão  
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo  
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas  
Editora: Letícia Borges  
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado  
Estagiários de jornalismo: Everton Lagares, Gabriela Vogado, Letícia Pires e Wéllida Resende  
Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves  
Impressão: Seep — Senado Federal

Capa: reunião da Cúpula Mundial de Legisladores na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro

Via N2, Anexo E - 2º andar - Senado Federal - CEP 70165-900 - Tel.: (61) 3303-1049

## Começa em novembro curso para desenvolver softwares

De 5 a 9 de novembro, haverá em Brasília curso presencial gratuito para designers, desenvolvedores de *software* e interessados em conhecer a linguagem de programação

Python, o Plone e o Zope. Inscrições podem ser feitas em [www.interlegis.leg.br](http://www.interlegis.leg.br). O instrutor será Fabiano Weimar dos Santos, mestre em Inteligência Artificial pela Universidade

Federal do Rio Grande do Sul.

Higino Vieira, um dos responsáveis pela iniciativa, diz que o alvo são os usuários que hoje utilizam apenas as áreas administrativas das ferramentas tecnológicas do Interlegis, para que conheçam mais as funcionalidades da plataforma.

# Casas reconhecidas por gestão de qualidade

Câmaras municipais e assembleias legislativas recebem certificação internacional por gestão moderna e transparente

Cresce o número de câmaras e assembleias que investem na gestão da qualidade dos processos legislativos e administrativos.

Ao otimizar os recursos e racionalizar o trabalho, algumas acabam sendo reconhecidas por entidades certificadoras mundialmente respeitadas, como a International Organization for Standardization (ISO).

A “cartilha” da ISO determina

que, para conseguir a certificação, a organização interessada tem de efetuar ações pontuais e genéricas em praticamente todos os processos. São exigidos procedimentos nas áreas administrativa, financeira, de processos de gestão, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de processo legislativo.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), representante oficial da ISO no Brasil,

informou que existem cerca de 50 certificadoras creditadas pela ISO no país. As assembleias do Amazonas, do Ceará, de Pernambuco e de São Paulo já foram certificadas.

Entre as câmaras municipais, a de Barueri (SP) sustenta ser a primeira a conquistar o reconhecimento. Além da ISO 9001, relativa à gestão da qualidade, a Casa tem a certificação ISO 14000, pela gestão ambiental, e a SA 8000, pelo apoio técnico ao Poder Legislativo.



Marco Maia assina acordo com Legislativos estaduais e municipais

## TV legislativa aberta vai chegar a mais quatro estados

As assembleias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná e Acre e as câmaras de Natal e Curitiba assinaram com a Câmara dos Deputados acordo para a expansão da Rede Legislativa de Televisão. A cerimônia, em 5 de setembro, foi realizada no gabinete do presidente da Casa, deputado Marco Maia, em Brasília.

A expectativa é que, até o final deste ano, esteja implantado nesses estados o sistema, fruto de parceria entre o Senado e a Câmara dos Deputados. Desde março, as duas Casas do Congresso trabalham juntas para dotar os Legislativos estaduais e municipais de canais abertos. Hoje, a maioria dos canais legislativos estão disponíveis somente nas TVs por assinatura e antenas parabólicas. Só alguns contam com canais UHF.

Segundo os operadores da nova rede, a tecnologia digital permite ao telespectador das cidades onde já existe essa

forma de transmissão escolher entre quatro programações diferentes, 24 horas por dia, no mesmo canal: o 61. Por exemplo, a TV Assembleia de Minas Gerais pode ser captada no canal 61.2, a TV Senado, no 61.3, e a TV Câmara, no canal 61.1. O canal 61.4 está reservado às câmaras municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Algumas emissoras paulistas aguardam autorização do Ministério das Comunicações para atuar no sistema compartilhado: Jaú, Barretos e Ribeirão Preto. Porto Alegre entrou na rede em 11 de setembro.

A Câmara começa agora a identificar outras Casas interessadas em aderir ao projeto, para solicitar autorizações ao Ministério das Comunicações. O objetivo é universalizar o sinal da TV Câmara, da TV Senado e das TVs legislativas parceiras, ampliando a transparência e a participação popular no Poder Legislativo.



Vera Brandão (E) e equipe de Gestão de Qualidade da Câmara de Salvador

**ISO 9001**

Câmaras já certificadas

- ▶ **BA:** Luís Eduardo Magalhães e Salvador
- ▶ **MG:** Ipatinga
- ▶ **PR:** Colombo e Curitiba
- ▶ **RS:** Gramado
- ▶ **SC:** Joinville
- ▶ **SP:** Assis, Barueri, Santana de Parnaíba, Bragança Paulista, Avaré, Hortolândia, Osasco, Ribeirão Preto e Sorocaba

## Entidade ISO está presente em 150 países

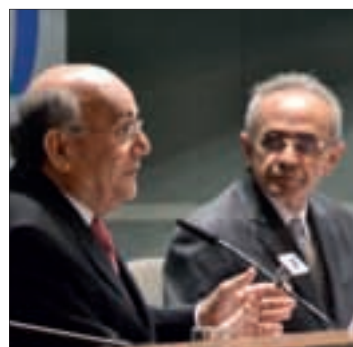
A International Organization for Standardization (ou, em tradução livre, Organização Internacional para a Padronização) é uma organização não governamental sediada em Genebra, na Suíça, e que existe desde 1947.

Presente em mais de 150 países, promove a normatização de produtos e serviços, para que a qualidade deles seja permanentemente melhorada.

A categoria 9001 estabelece requisitos que auxiliam a melhoria dos processos internos, a capacitação dos profissionais, o monitoramento do ambiente de trabalho e a verificação da satisfação dos clientes, colaboradores e fornecedores.

### Aspectos considerados na certificação ISO 9001

- Responsabilidade da direção
- Sistema da qualidade: análise crítica de contratos
- Controle de projeto
- Controle de documentos
- Aquisição
- Produtos fornecidos pelo cliente
- Identificação e rastreabilidade do produto
- Controle de processos: inspeção e ensaios
- Equipamentos de inspeção, medição e ensaios
- Situação da inspeção e ensaios
- Controle de produto não conformes
- Ação corretiva
- Manuseio, armazenamento, embalagem e expedição
- Registros da qualidade
- Auditorias internas da qualidade
- Treinamento
- Assistência técnica
- Técnicas estatísticas



Flexa Ribeiro e Cícero Lucena na reunião de comissões do Parlatino

## Parlatino se reúne no Interlegis

Representantes dos 23 países que integram o Parlamento Latino-Americano (Parlatino) estiveram no Interlegis, em Brasília, para a abertura das reuniões de comissões, em 29 de agosto. Os debates foram sobre saúde, meio ambiente, trabalho, turismo, segurança, agricultura, direitos humanos.

O presidente do grupo brasileiro e vice-presidente pelo Brasil no Parlatino, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou que, quando há transparência nas ações do Congresso, o país é mais democrático.

— As discussões podem ser acompanhadas pelo Brasil inteiro, e o cidadão pode participar com informações e sugestões. O Interlegis tem papel preponderante nisso — disse, sobre transmissão do encontro via internet.

O próximo encontro do Parlatino será no Uruguai, entre os dias 27 e 29 de setembro.

## Município gaúcho de São Jerônimo recebe técnicos

A Câmara Municipal de São Jerônimo (RS) já faz parte do Projeto de Modernização Legislativa.

A iniciativa partiu do gabinete do senador Paulo Paim (PT-RS), que solicitou ao Interlegis a realização de estudos preliminares e posterior sugestão de ações modernizantes. O diretor do programa, Haroldo Tajra, saudou a parceria e espera que os demais senadores também auxiliem o Interlegis no esforço de modernização das Casas legislativas brasileiras.

Entre os dias 29 e 31 de

agosto, equipe de técnicos do Projeto de Modernização Legislativa — Higino Vieira, José Bonifácio, Adalberto Alves e Adeline Bezerra — foi à cidade gaúcha, onde promoveu oficina de implantação do Portal-Modelo, ferramenta tecnológica desenvolvida pelo Interlegis com base em softwares livres.

Agora, a Câmara de Municipal de Vereadores de São Jerônimo já conta com a própria página na internet, com várias funcionalidades e sem custo nenhum para o município.

### Porta-retratos



Na foto de José Bonifácio, do Interlegis, painel na Câmara de Rondonópolis (MT) mostrando riquezas e história da cidade.

**Saberes INTERLEGIS**

Em breve, novas turmas de ensino a distância

Inscrições no portal [saberes.interlegis.leg.br](http://saberes.interlegis.leg.br)

**Cursos gratuitos**

# Site ajuda na escolha de candidato

Portal do TSE traz informações sobre todos os postulantes nas eleições municipais deste ano

Quem quiser conhecer melhor os candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito nas eleições deste ano conta com uma ferramenta virtual desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No site *divulgacand2012.tse.jus.br* encontram-se informações detalhadas sobre cada candidato, de dados pessoais, grau de instrução e ocupação profissional, a informações sobre o deferimento da candidatura e o limite de gastos de campanha.

Todos os dados são de responsabilidade do candidato, informados no momento do pedido do registro de candidatura. Os

candidatos, nesse serviço, estão divididos por estado. Na coluna da esquerda, estão as informações nacionais.

Neste ano, nos 5.564 municípios brasileiros, 449 mil pessoas se candidataram às vagas de vereador. O número varia, conforme são publicados os resultados de indeferimentos e recursos nos tribunais eleitorais.

Houve um crescimento de 28,7% em relação a 2008, quando 348.793 se candidataram. Naquela ocasião, havia 51.992 vagas para vereador em todo o país. Graças à Emenda Constitucional 58/09, o número passou para 57.432, acréscimo de 10,4%.

## As candidaturas às câmaras municipais

SITUAÇÃO	Nº DE CANDIDATOS
Aguardando julgamento	648
Cancelado	434
Renúncia	9.804
Falecido	89
Cassado	3
Não conhecimento do pedido	336
Indeferido	16.372
Deferido	410.174
Indeferido com recurso	8.960
Deferido com recurso	2.652
Cassado com recurso	8
	<b>449.480</b>

Situação em 3 de setembro de 2012

Verificou-se expressivo crescimento na participação de mulheres na disputa eleitoral. Segundo dados do TSE, o percentual de candidatas às vagas

de vereador atingiu 32,57% — acima, portanto, do que estabelece a Lei das Eleições (Lei 9.504/97). É a primeira vez que os partidos políticos e

coligações atingem o percentual de 30% da chamada cota de gênero.

Em 2008, o percentual havia sido de 19,84% — ou seja, 69.200 candidatas. Portanto, de lá para cá, houve variação de 111% no número de mulheres candidatas.

## Cota de gênero

O artigo 10 da Lei das Eleições determina que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. A cota eleitoral de gênero tem por objetivo garantir maior participação das mulheres na vida política do país.

## Estímulo à presença das mulheres na política

O universo legislativo reflete o baixo nível de participação política das mulheres no Brasil. Para mudar o quadro, algumas Casas legislativas — por exemplo, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal de Guarulhos (SP) — aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), da Presidência da República.

O objetivo é promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas e nas instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

O Senado participa do programa, que começou em 2005, desde o ano passado. Esta já é a quarta edição. Foi criado um comitê gestor ligado à Diretoria-Geral do Senado, com representantes da Secretaria-Geral da Mesa, das secretarias de Editoração e Publicações, de Comunicação Social, de Estágios e de Polícia e da Comissão de Gestores de Contratos.

A coordenação é da Secretaria de Recursos Humanos.

Maria Terezinha Nunes, uma das coordenadoras do programa no Senado, explica que os procedimentos passam pela capacitação técnica, pela apresentação do programa de ações, pela criação do guia operacional, pela definição de ações locais em gestão de pessoas e cultura organizacional e pela avaliação por um comitê externo de especialistas.

A organização que atingir mais de 70% das metas receberá o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. De acordo com o site da SEPM, é o reconhecimento do trabalho feito para alcançar a equidade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, eliminando todas as formas de discriminação, evidenciando publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e étnico-racial na promoção da cidadania e a difusão de práticas exemplares no mundo do trabalho para a efetivação da equidade.

Mais informações estão no portal *sepm.gov.br*.

## Apelo pela paz no Dia Internacional da Democracia

O 15 de setembro foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o Dia Internacional da Democracia. Há 15 anos, nessa data, foi lançada no Cairo a Declaração Universal sobre a Democracia, assinada por 128 países.

No texto, os parlamentares ressaltam que “a democracia é um ideal universalmente reconhecido e um objetivo fundado em valores comuns a todos os povos que formam a comunidade mundial, independentemente das diferenças culturais, políticas, sociais e econômicas”.



População da Síria luta por democracia nas ruas de Idlib

Conflitos como a guerra civil na Síria, a Primavera Árabe, processos eleitorais viciados e ditaduras mostram que os princípios da democracia ainda não são realidade para milhões de pessoas.

Uma série de eventos em todo o mundo comemora a

data. Em Genebra, a União Interparlamentar participou de evento no Palácio das Nações da ONU. Parlamentares e o público puderam participar por meio de mídias sociais. O Senado tem participado da mobilização mundial que lembra a data.

## Arquivos buscam se integrar e ampliar acessos

Em 2 e 3 de outubro vai ocorrer o 4º Encontro dos Arquivos do Legislativo (EAL), em Salvador, com participação do Interlegis. O tema é “Possibilidades de ampliação do acesso e da gestão nos arquivos do Poder Legislativo: perspectivas e desafios”.

Especialistas serão distribuídos em três mesas-redondas: “A Lei 12.527/11 e a ampliação do

acesso nos arquivos do Poder Legislativo”, “O papel das novas tecnologias na ampliação do acesso e da gestão nos arquivos do Poder Legislativo” e “Perspectivas e desafios na ampliação da gestão nos arquivos do Poder Legislativo”.

O encontro é uma realização paralela ao Congresso Nacional de Arquivologia e busca

ampliar a integração entre as Casas legislativas nas instâncias federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, por meio da disseminação de conhecimento arquivístico, rotinas e metodologias empregadas na produção de documentos, na administração e na preservação de acervos e das informações e nos serviços oferecidos ao público.

## Ouvidorias Legislativas

O INTERLEGIS vai promover em abril um encontro nacional de ouvidorias de câmaras municipais, em Salvador. O anúncio foi feito durante o Encontro Estadual de Ouvidorias de Câmaras Baianas, realizado dia 31 de agosto em parceria com a câmara soteropolitana.

O objetivo foi difundir o trabalho dos órgãos, trocar experiências e capacitar os servidores do Poder Legislativo de cidades do interior e de outras entidades.

Além de 26 servidores legislativos, o evento teve presença de representantes da Ouvidoria estadual, Defensoria Pública estadual, Conselho de Direitos de Pessoas com Deficiência, União Nacional das Mulheres Negras e da Ouvidoria do Senado.

Após a palestra de Ana Lucia Novelli, assessora da Diretoria-Geral do Senado, sobre o papel das ouvidorias no Poder Legislativo, houve debate. Em seguida, as ouvidorias da Câmara de Salvador, do Senado e

representantes das câmaras dos municípios baianos de Mata de São João, Lapão e Cardeal da



Ana Lucia Novelli, do Senado

Silva relataram suas experiências e discutiram situações em comum.

Jones Carvalho, ouvidor-geral da Bahia e que também preside a Associação Nacional dos Ouvidores Públicos, assinalou que uma ouvidoria bem estruturada, especialmente numa câmara municipal, “é um espaço privilegiado para a população falar com o setor público e seus representantes e pode tornar-se uma eficiente ferramenta nas mãos do cidadão, para uma

participação mais efetiva no processo político”.

A vereadora Olívia Santana, ouvidora da Câmara de Salvador, entende que cada parlamentar é, também, um ouvidor, “já que deve procurar, constantemente, apurar as demandas, sugestões e reclamações diretamente da população”. No entanto, segundo ela, as informações levantadas pela ouvidoria facilitam ao parlamentar a mediação e a busca de soluções para as cidades.